

PROCESSO SELETIVO – __/____

Área de Conhecimento: _____

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO : _____

Questão 1: Nos termos da obra de Reale e Antiseri (2005), (a) apresente quais são as formas possíveis de governo segundo Platão e Aristóteles e (b) descreva como essas formas se relacionam com o nível moral das consciências dos cidadãos. (2,5 pontos)

RESPOSTA:

(a) apresente quais são as formas possíveis de governo segundo Platão e Aristóteles

Na obra República, Platão distingue, ao lado da forma de governo por ele idealizado, que é uma aristocracia de filósofos, quatro formas que representam progressiva corrupção daquela:

- 1) A timocracia: forma de governo fundada sobre a honra, considerada como valor supremo;
- 2) A oligarquia: forma de governo fundada sobre a riqueza;
- 3) A democracia: forma de governo fundada sobre uma liberdade levada ao excesso;
- 4) A tirania: forma de governo fundada sobre a violência derivada da licenciosidade em que decaiu a liberdade.

[...] Depois da República, Platão voltou a se ocupar expressamente da problemática política, ele procurou dar forma a algumas ideias que pudessem ajudar na construção de um "Estado segundo", ou seja, de um Estado destinado a suceder ao Estado ideal, de um Estado que atribua consideração maior aos homens vistos como efetivamente são e não apenas como deveriam ser. Nesse contexto, tem-se as constituições históricas, que representam imitações ou formas corrompidas da constituição ideal, podendo ser três:

- 1) se é um só homem que governa e imita o político ideal, temos a monarquia;
- 2) se são vários homens ricos que governam e imitam o político ideal, temos a aristocracia;
- 3) se é o povo na sua totalidade que governa e busca imitar o político ideal, temos a democracia.

Quando essas formas de constituição política se corrompem e os governantes buscam apenas os próprios interesses e não os do povo, respectivamente, nascem: (1) a tirania; (2) a oligarquia; e, (3) a demagogia (REALE E ANTISERI, 2005, p 160-162).

Para Aristóteles, o Estado pode ter diferentes formas, ou seja, diferentes constituições. A constituição é "a estrutura que da ordem a Cidade, estabelecendo o funcionamento de todos os cargos, sobretudo da autoridade soberana". Ora, como o poder soberano pode ser exercido: (1) por um só homem; (2) por poucos homens; (3) pela maior parte.

Além do mais, como quem governa pode governar segundo o bem comum ou no seu interesse privado. Então, são possíveis três formas de governo correto, sendo eles: (1) a monarquia; (2) a aristocracia; e (3) a política; e três formas de governo corrupto: (1) a tirania; (2) a oligarquia; (3) a democracia (REALE E ANTISERI, 2005, p 222).

(b) descreva como essas formas se relacionam com o nível moral das consciências dos cidadãos.

Platão afirma que as formas de governo correspondem exatamente ao nível moral das consciências dos cidadãos (REALE E ANTISERI, 2005, p 160).

[...] Para Aristóteles, o bem do indivíduo da mesma natureza que o bem da Cidade, mas este "é mais belo e mais divino" porque se amplia da dimensão do privado para a dimensão do social, para a qual o homem grego era particularmente sensível, porquanto concebia o indivíduo em função da Cidade e não a Cidade em função do indivíduo. Aristóteles, aliás, dá a esse modo de pensar dos gregos uma expressão paradigmática, definindo o próprio homem como "animal político" (ou seja, não simplesmente como animal que vive em sociedade, mas como animal que vive em sociedade politicamente organizada). Com efeito, pode não formar parte de uma comunidade ou de uma cidade apenas quem é autárquico e não tem necessidade de nada, mas tal indivíduo pode apenas ser "ou uma fera ou um Deus". Como o fim do Estado é moral, é evidente que aquilo a que ele deve visar é o incremento dos bens da alma, ou seja, o incremento da virtude (REALE E ANTISERI, 2005, p 221-222).

Referência: REALE, G.; ANTISERI, D. História da filosofia. São Paulo: Paulus, 2005.

Membros da Banca:

Avaliador 1 (nome e assinatura)

Avaliador 2 (nome e assinatura)

Avaliador 3 (nome e assinatura)

Presidente da Banca (nome e assinatura)

PROCESSO SELETIVO – __/____

Área de Conhecimento: _____

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO : _____

Questão 2: A partir da obra de Bobbio (2009), (a) discorra sobre a dicotomia entre os termos público e privado, (b) descreva o uso valorativo do primado do privado e do primado do público e, por fim, (c) relacione os termos e primados com os processos de publicização do privado e de privatização do público. (2,5 pontos)

RESPOSTA:

(a) discorra sobre a dicotomia entre os termos público e privado,

Os dois termos de uma dicotomia podem ser definidos um independentemente do outro, ou então apenas um deles é definido e o outro ganha uma definição negativa (a "paz" como "não guerra"). [...] Além do mais, pode-se dizer que os dois termos de uma dicotomia condicionam-se reciprocamente, no sentido de que se reclamam continuamente um ao outro: na linguagem jurídica, a escritura pública remete imediatamente por contraste à escritura privada e vice-versa; na linguagem comum, o interesse público determina-se imediatamente em relação e em contraste com o interesse privado e vice-versa. Enfim, no interior do espaço que os dois termos delimitam, a partir do momento em que este espaço é totalmente ocupado (*tertium non datur*), eles por sua vez se delimitam reciprocamente, no sentido de que a esfera do público chega até onde começa a esfera do privado e vice-versa. Para cada uma das situações a que convém o uso da dicotomia, as duas respectivas esferas podem ser diversas, cada uma delas ora maior ora menor, ou por um ou por outro dos dois termos. Um dos lugares-comuns do secular debate sobre a relação entre a esfera do público e a do privado é que, aumentando a esfera do público, diminui a do privado, e aumentando a esfera do privado diminui a do público; uma constatação que é geralmente acompanhada e complicada por juízos de valor contrapostos (BOBBIO, 2009, p. 13-14).

b) descreva o uso valorativo do primado do privado e do primado do público

Além do significado descritivo, os dois termos da dicotomia público/privado têm também um significado valorativo. Quando é atribuído um significado valorativo positivo ao primeiro, o segundo adquire um significado valorativo negativo, e vice-versa. Daí derivam duas concepções diversas da relação entre público e privado, que podem ser definidas como a do primado do privado sobre o público, a primeira, e a do primado do público sobre o privado, a segunda (BOBBIO, 2009, p. 20).

O primado do direito privado se afirma através da difusão e da recepção do direito romano no Ocidente: o direito assim chamado das Pandette é em grande parte direito privado, cujos institutos principais são a família, a propriedade, o contrato e os testamentos. Durante séculos portanto o direito privado foi o direito por excelência. [...] O direito público como corpo sistemático de normas nasce muito tarde com respeito ao direito privado: apenas na época da formação do Estado moderno, embora possam ser encontradas as origens dele entre os comentadores do século XIV. [...] Um dos eventos que melhor do que qualquer outro revela a persistência do primado do direito privado sobre o direito público é a resistência que o direito de propriedade opõe à ingerência do poder soberano, e portanto ao direito por parte do soberano de expropriar (por motivos de utilidade pública) os bens do súdito. [...] Com Locke a propriedade converte-se num verdadeiro direito natural, pois nasce do esforço pessoal no estado de natureza antes da constituição do poder político, e como tal deve ter o seu livre exercício garantido pela lei do Estado (que é a lei do povo). Através de Locke a inviolabilidade da propriedade, que compreende todos os outros direitos individuais naturais, como a liberdade e a vida, e indica a existência de uma esfera do indivíduo singular autônoma com respeito à esfera sobre a qual se estende o poder público, torna-se um dos eixos da concepção liberal do Estado, que nesse contexto pode então ser redefinida como a mais consciente, coerente e historicamente relevante teoria do primado do privado sobre o público (BOBBIO, 2009, p. 21-24).

O primado do público assumiu várias formas segundo os vários modos através dos quais se manifestou, sobretudo no último século, a reação contra a concepção liberal do Estado e se configurou a derrota histórica, embora não definitiva, do Estado mínimo. Ele se funda sobre a contraposição do interesse coletivo ao interesse individual e sobre a necessária subordinação, até à eventual supressão, do segundo ao primeiro, bem como sobre a irredutibilidade do bem comum à

soma dos bens individuais, e portanto sobre a crítica de uma das teses mais correntes do utilitarismo elementar. Assume várias formas segundo o diverso modo através do qual é entendido o ente coletivo — a nação, a classe, a comunidade do povo — a favor do qual o indivíduo deve renunciar à própria autonomia [...] (o todo vem antes das partes). [...] Praticamente, o primado do público significa o aumento da intervenção estatal na regulação coativa dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos intraestatais (BOBBIO, 2009, p. 24-25).

(c) relacione os termos e primados com os processos de publicização do privado e de privatização do público.

De fato, o processo de publicização do privado é apenas uma das faces do processo de transformação das sociedades industriais mais avançadas. Ele é acompanhado e complicado por um processo inverso que se pode chamar de "privatização do público". [...] Os dois processos, de publicização do privado e de privatização do público, não são de fato incompatíveis, e realmente compenetraram-se um no outro. O primeiro reflete o processo de subordinação dos interesses do privado aos interesses da coletividade representada pelo Estado que invade e engloba progressivamente a sociedade civil; o segundo representa a revanche dos interesses privados através da formação dos grandes grupos que se servem dos aparatos públicos para o alcance dos próprios objetivos. O Estado pode ser corretamente representado como o lugar onde se desenvolvem e se compõem, para novamente decompor-se e recompor-se, estes conflitos, através do instrumento jurídico de um acordo continuamente renovado, representação moderna da tradicional figura do contrato social (BOBBIO, 2009, p. 26-27).

Referência: BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

Membros da Banca:

Avaliador 1 (nome e assinatura)

Avaliador 2 (nome e assinatura)

Avaliador 3 (nome e assinatura)

Presidente da Banca (nome e assinatura)

PROCESSO SELETIVO – _ _ / _ _ _ _

Área de Conhecimento: _____

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO : _____

Questão 3: Guerreiro Ramos (1989, p. 2), em sua obra *A Nova Ciência das Organizações*, afirma que “No período moderno da história intelectual do Ocidente, que começou no século XVII e continua até os nossos dias, o significado previamente estabelecido daquelas palavras que constituem uma linguagem teórica fundamental mudou drasticamente, numa direção determinada”. Uma dessas palavras a qual o autor se refere é “razão”. Considerando o entendimento de Guerreiro Ramos: (a) Como a razão era entendida no sentido antigo (clássico)? (b) Como razão e racionalidade passaram a ser compreendidas na “sociedade moderna”? (c) Guerreiro Ramos, a partir de Max Weber, resgata as definições de ética da convicção e ética da responsabilidade e sua relação com a racionalidade. Como essa relação se estabelece e influencia a ação moral do agente, segundo Marcondes (2007) e Guerreiro Ramos (1989)? (2,5 pontos)

a) Como a razão era entendida no sentido antigo (clássico)?

“No sentido antigo, [...], a razão era entendida como força ativa na psique humana que habilitava o indivíduo a distinguir entre o bem e o mal, entre o conhecimento falso e o verdadeiro e, assim, a ordenar a sua vida pessoal e social. Mais ainda, a vida da razão na psique era encarada como uma realidade que resistia à sua própria redução a um fenômeno histórico ou social.” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 2-3).

b) Como razão e racionalidade passaram a ser compreendidas na “sociedade moderna”?

“Nos trabalhos de Hobbes, a razão moderna é, pela primeira vez, clara e sistematicamente articulada, e até hoje sua influência não desapareceu. Definindo a razão como uma capacidade que o indivíduo adquire "pelo esforço" [...] e que o habilita a nada mais do que fazer o "cálculo utilitário de consequências", Hobbes pretendeu despojar a razão de qualquer papel normativo no domínio da construção teórica e da vida humana associada. [...] De acordo com Hobbes, parece que o termo racionalidade é agora empregado por leigos, tanto quanto pelos cientistas sociais, segundo uma feição enganadora, que, todavia, não mais reflete o tipo de indagação consciente empreendido por Hobbes, e sim profunda desorientação” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 3). A dimensão instrumental da racionalidade “se tornou racionalidade em geral” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 18), sendo entendida como um cálculo utilitário de consequências, como o fim último, minimizando o julgamento ético. Nesse sentido, “Na sociedade moderna, a racionalidade se transformou numa categoria sociomórfica, isto é, é interpretada como um atributo dos processos históricos e sociais, e não como força ativa na psique humana” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 19), ou seja, com uma noção deformadora da realidade.

c) Guerreiro Ramos, a partir de Max Weber, aborda resgata as definições de ética da convicção e ética da responsabilidade e sua relação com a racionalidade. Como essa relação se estabelece e influencia a ação moral do agente, segundo Marcondes (2007) e Guerreiro Ramos (1989)?

De acordo com Marcondes (2007, p. 122), “para Weber, a ética da convicção não é necessariamente religiosa: uma vez que se caracteriza essencialmente pelo compromisso com um conjunto de valores associados a determinada crença. Nesse caso, as intenções do agente são mais importantes que as considerações dos resultados e do sucesso de seus atos”, indo ao encontro de uma dimensão substantiva da racionalidade, cujos meios são mais importantes que os fins, uma vez que ela é independente de suas expectativas de sucesso (GUERREIRO RAMOS, 1989). Já “a ética da responsabilidade, ao contrário, valoriza sobretudo as consequências da ação e a relação entre meios e fins, com vase nas quais um ato deve ser julgado como bom ou mau”, o que está representado em uma dimensão mais instrumental da razão, por meio de uma expectativa de resultados ou “fins calculados”, segundo Guerreiro Ramos (1989).

Referências:

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de ética: de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007; e, RAMOS, Alberto Guerreiro. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1989.

Membros da Banca:

Avaliador 1 (nome e assinatura)

Avaliador 2 (nome e assinatura)

Avaliador 3 (nome e assinatura)

Presidente da Banca (nome e assinatura)

PROCESSO SELETIVO – _ _ / _ _ _ _

Área de Conhecimento: _____

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO : _____

Questão 4: Jiménez Serrano (2010), ao tratar da dimensão ética na Administração Pública, explica que o ser humano, de maneira constante e inevitável, toma decisões, cria situações e enfrenta dilemas éticos que precisam de compreensão e solução. Sobre a relação da Ética, sobretudo da Ética Administrativa e da Ética Pública, e a Administração Pública, responda: (a) Qual o propósito da Ética no contexto da Administração Pública e da convivência em sociedade, segundo Jiménez Serrano (2010)? (b) Jiménez Serrano (2010) apresenta três indicadores (elementos) que definem (caracterizam/orientam) a dimensão ética da Administração Pública. Quais são eles e o que significam no contexto do agir eticamente? (c) Quais são os dois conjuntos de variáveis que influenciam a conduta do administrador na tomada de decisões éticas na Administração Pública, conforme indicado por Jiménez Serrano (2010)? Comente sobre suas influências. (2,5 pontos)

a) Qual o propósito da Ética no contexto da Administração Pública e da convivência em sociedade, segundo Jiménez Serrano (2010)?

Segundo Jiménez Serrano (2010, p. 39), “o homem vive em sociedade, em convivência e em constante troca, fato que torna necessária a institucionalização de um conjunto de normas aptas a preencher os fins sociais”. Para o autor (2010, p. 15), “a ética tem o propósito de orientar a convivência social, isto é, direcionar a prática das boas ações, e seu objetivo primordial é a realização (da convivência humana) do homem no contexto em que vive”. No contexto da Administração Pública, a Ética Pública se ocupa dos problemas coletivos, para um melhor desenvolvimento da convivência e uma maior expansão da autonomia e da liberdade do ser humano. Assim, “a ética nos alerta sobre determinadas condições para a sobrevivência em sociedade e justifica a necessidade de agir, observando-se determinados valores, princípios e normas éticas” (2010, p. 39).

b) Jiménez Serrano (2010) apresenta três indicadores (elementos) que definem (caracterizam/orientam) a dimensão ética da Administração Pública. Quais são eles e o que significam no contexto do agir eticamente?

O autor propõe que se considere três elementos/indicadores para desvendar a eticidade de um agir: (1) a situação: deve ser corretamente definida, respondendo à pergunta: se foi estudada/compreendida corretamente; (2) os fins: questionando se são honestos; e (3) os meios: são razoáveis? Para Jiménez Serrano (2010), se não se pode apresentar respostas positivas às perguntas sobre esses elementos, não se consegue justificar para a sociedade a existência de um bem.

c) Quais são os dois conjuntos de variáveis que influenciam a conduta do administrador na tomada de decisões éticas na Administração Pública, conforme indicado por Jiménez Serrano (2010)? Comente sobre suas influências.

- Variáveis internas, relacionadas às condições como autoestima, autocontrole e desenvolvimento moral dos valores nas pessoas, tal como indicado na teoria Kohlbergiana, e sua relação/interação com o meio.

- Variáveis externas, como cultura, costumes, normas morais e jurídicas, desenvolvimento moral e econômico de um país, entorno político e outros aspectos coletivos e externos que podem influir na conduta do ser humano e na ética dos profissionais.

Referência: JIMÉNEZ SERRANO, P. Ética e administração pública. Campinas: Alínea, 2010.

Membros da Banca:

Avaliador 1 (nome e assinatura)

Avaliador 2 (nome e assinatura)

Avaliador 3 (nome e assinatura)

Presidente da Banca (nome e assinatura)